



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

## PERCENTUAL DE BDI PADRÃO DA UFR

### Obras de Edificação

O presente estudo tem por objetivo calcular o percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) para as obras edificação da UFR.

#### Considerações:

Foram realizadas pesquisa bibliográfica para a realização do levantamento abaixo.

Foram utilizados para os calculo até duas casas decimais.

Foi adicionado nos tributos a taxa do CPRB, uma vez os insumos não contam com o valor do INSS, de acordo com a nova sistemática de recolhimento da contribuição previdenciária criada pela União (art. 7º da Lei 12.546/2011).

Embasamento nos Acórdãos 2.369/2011 e 2622/2013 Plenário.

#### FÓRMULA ADOTADA PARA O CÁLCULO DO PREÇO DE VENDA

(de acordo com Acórdão Nº 2.369/2011-Plenário)

$$PV = CD \times (1 + BDI)$$

Em que:

PV = Preço de Venda;

CD = Custo Direto;

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, sendo que:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)}$$

Sendo:

**AC** = taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

**S** = taxa representativa de Seguros;

**R** = taxa representativa de Riscos;

**G** = taxa representativa de Garantias;

**DF** = taxa representativa das Despesas Financeiras;

**L** = taxa representativa do Lucro;

**I** = taxa representativa da incidência de Impostos.

Nota:

A taxa representativa da incidência de impostos constante do denominador da fração da fórmula de cálculo do BDI é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas que figuram no numerador são aplicadas sobre o custo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

**PERCENTUAIS UTILIZADOS PARA O CÁLCULO DO BDI PADRÃO DA UFR PARA OBRAS DE EDIFICAÇÃO**  
(de acordo com os Acórdãos 2369/2011 e Nº 2622/2013-TCU-Plenário)

INCIDÊNCIA		Percentual	JUSTIFICATIVA
<b>AC =</b>	taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;	4,00%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
<b>S =</b>	taxa representativa de Seguros;	0,40%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
<b>R =</b>	taxa representativa de Riscos;	1,27%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
<b>G =</b>	taxa representativa de Garantias;	0,40%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
<b>DF =</b>	taxa representativa das Despesas Financeiras;	1,23%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
<b>L =</b>	taxa representativa do Lucro;	7,40%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2622/2013.
<b>I =</b>	taxa representativa da incidência de Impostos, onde:	<b>10,15%</b>	Calculado conforme soma dos tributos abaixo:
	COFINS	3,00%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2369/2011.
	PIS	0,65%	Utilizado de acordo quartil médio do Acórdão 2369/2011.
	ISSQN	2,00%	Calculado conforme legislação do município.
	CPRB	4,50%	Instituído pela Lei Federal 13.161/2015.
<b>RESULTADO:</b>		<b>28,35%</b>	

**JUSTIFICATIVA DO ISSQN**

O valor do ISSQN foi considerado de acordo com o Código Tributário do Município. Onde a alíquota é de 5%, com a base de cálculo de 40% do valor total dos serviços, referente a parcela da mão de obra.

**JUSTIFICATIVA DO BDI**

Os valores de BDI utilizados pelo tribunal para estabelecer os percentuais máximos não é considerada a taxa relativa à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), que pela lei nº 13.161/2015 atualmente é de 4,5%. Esse valor passa a ser uma nova parcela da taxa de incidência de Impostos (I), que deve ser considerada nos orçamentos elaborados com a desoneração da folha de pagamento, que é o nosso caso. Inclusive, devido à posição dessa variável na fórmula, ela acaba representando um impacto de mais de 5% na taxa geral do BDI. Colocando os parâmetros do acórdão sob as mesmas condições tributárias atuais, o valor do BDI adotado está dentro dos limites estabelecidos pelo TCU.

**Referências Bibliográficas**

Acórdão nº 424/2008 - TCU Plenário. Processo nº TC - 012.428/2007-2  
Nota técnica nº 1/2007 - SCI, 13-12-2007 do Supremo Tribunal Federal  
Acórdão Nº 2.369/2011 Plenário . Processo nº TC 025.990/2008-2  
Acórdão Nº 2.622/2013 Plenário . Processo nº TC 036.076/2011-2  
Código Tributário do Município.